

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

SERPA, Ivan da Silveira. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 189-201.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=866

IVAN DA SILVEIRA SERPA

NASCEU EM 1932, no Rio de Janeiro. Ingressou na Escola de Guerra Naval em 1949, tendo concluído o curso em 1952. Fez dois cursos de operações anti-submarino nos Estados Unidos, em 1960 e 1963. Entre 1966 e 1968, foi instrutor de português na Academia Naval dos Estados Unidos. Em 1973, fez o Curso de Comando e Estado-Maior da Escola Superior de Guerra e, no ano seguinte, o Curso Superior de Guerra Naval. Foi promovido a contra-almirante em 1980, a vice-almirante em 1985 e a almirante-de-esquadra em março de 1990. Foi comandante da Escola Naval (fevereiro de 1984 a abril de 1985), diretor da Diretoria de Ensino da Marinha (abril de 1985 a abril de 1986), vice-chefe do Estado-Maior da Armada (abril de 1986 a abril de 1987), comandante do 2º Distrito Naval (maio de 1987 a agosto de 1988), comandante-em-chefe da Esquadra (setembro de 1988 a abril de 1990), diretor-geral do Pessoal da Marinha (abril de 1990 a junho de 1991), comandante de Operações Navais e diretor-geral de Navegação (junho de 1991 a maio de 1992) e chefe do Estado-Maior da Armada (maio a outubro de 1992). Foi ministro da Marinha durante o governo Itamar Franco e, em seguida, durante dois anos, conselheiro militar da missão brasileira junto à ONU.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 9 de outubro e 5 de dezembro de 1997.

Como se deu sua indicação para ministro?

Acordei no dia 2 de outubro — o dia em que fui convidado — certo de que o ministro seria substituído, mas certo de que não seria eu. Houve uma reunião, em Brasília, que eu convoquei, como chefe do Estado-Maior da Armada, à qual compareceriam todos os almirantes-de-esquadra, e ninguém tinha recebido telefonema. Pensamos que seria convidado um outro almirante, que não havia chegado ainda em Brasília. Quando acabou a reunião, eu estava na minha sala conversando com o comandante do Corpo de Fuzileiros, quando fui chamado ao palácio. Foi a segunda vez que tive contato com o presidente. Eu tinha tido um contato com ele em 1991, quando ele foi fazer uma visita a uma fragata, como vice-presidente da República, e eu, como comandante de Operações Navais, acompanhei.

No primeiro contato com o presidente Itamar, ele lhe passou alguma diretriz?

Não. Ele tinha um gabinete ali no porão da Câmara dos Deputados. Entrei, tinha gente à beça nos corredores, cruzei com o Lélcio Lôbo, que estava saindo, que é meu amigo de muitos anos, nos falamos ligeiramente. No caminho, descobri que ele tinha acabado de ser convidado e entrei numa sala onde havia um sofá e duas cadeiras. Chegou o presidente, com o Fernando Henrique, que todo o mundo já sabia que seria o ministro das Relações Exteriores. Sentou, me convidou para o ministério e disse: “Olha, ministro, depois converso melhor com o sr., porque estamos numa situação difícil”. O presidente estava tendo dificuldades grandes de apoio político para formar o ministério. Havia uma corrente política que pressionava muito para que ele também renunciasse, para haver eleições. Naquela confusão, enquanto a gente falava, tinha gente entrando, saindo, enfim, era uma barafunda. Só vim efetivamente a conversar com o presidente sobre a Marinha lá pelo dia 15 de outubro, mais ou menos uma semana depois de tomar posse.

Naquele momento o presidente Itamar não estava assumindo a Presidência da República, o que só aconteceu posteriormente: estava passando a responder pelo cargo. Brigado com o presidente Collor e sem filiação político-partidária, precisava que os novos ministros o pusessem a par das atividades e problemas correntes. Dentro dessa ótica, considerei o convite um crédito de confiança e, por isso, extremamente honroso.

Em relação aos militares, ele pediu lealdade, compreensão?

Não precisava pedir. Isso aí é um resquício dos tempos em que os presidentes e os chefes militares, principalmente no Exército, encaravam

o problema de outra maneira. Em que, mais ou menos, o ministro do Exército era o tutor das instituições. Mas, felizmente, isso deixou de existir.

Como o sr. encontrou a pasta da Marinha?

Eu era o chefe do Estado-Maior da Armada, quer dizer, me cabia administrar, por delegação de competência do ministro, quase todas as atividades da força. De modo que, de uma maneira geral, sabia o que acontecia.

O sr. acha que a sua gestão foi mais de continuidade ou de mudanças em relação às anteriores?

Há um dado importante que é preciso ver. A Marinha tem uma coisa chamada Plano Diretor há 28 anos. Nós temos uma programação que todos os ministros têm que cumprir, o que dá uma continuidade. Porque senão, é aquele negócio: começou, muda até a cor do teto e da parede, a voltagem da lâmpada etc. Com o plano, o coração da administração continua sempre o mesmo. Inclusive, porque qualquer mudança tem que ter a aprovação do almirantado, porque a evolução anual do Plano Diretor ou sua projeção para os anos futuros são conversadas numa assembléia em que têm assento mais ou menos umas 10 pessoas. São reuniões trimestrais. Você nunca muda o âmago da instituição sem que haja um tempo de debate, uma concordância. Via de regra, as pessoas acabam chegando a um denominador comum. Quando não há um denominador comum, o ministro bate o martelo e assume a responsabilidade, porque é isso o que ele tem que fazer. Com isso se evita que alguém chegue de repente e resolva revolucionar as coisas.

Quando o sr. assumiu o ministério, quais foram as suas principais preocupações?

Eu achava que se precisava tocar adiante a modernização das fragatas, a remodelação do porta-aviões *Minas Gerais* e que era preciso adquirir navios de segunda mão, no exterior, para compensar o atraso do nosso plano de construção naval. Atraso esse que é devido, em grande parte, às restrições financeiras, mas em parte, também, à instabilidade administrativa e à capacidade dos nossos estaleiros. Nós precisávamos adquirir helicópteros, na Inglaterra, os *Lynx*, para melhorar nosso esquadrão de ataque e adquirir algum tipo de helicóptero nos Estados Unidos, como o SH3, para ampliar nossa atividade geral e anti-submarino. Eu tinha vindo da esquadra, do Comando de Operações Navais, então, minha sensibilidade para essas coisas talvez fosse maior. Esse era o chamado Programa de Renovação de Meios Flutuantes, PRM.

Depois, apareceram outras preocupações. Eu tinha preocupação, por exemplo, em todo o meu tempo de ministro, com o problema de vencimentos. Quando recebi o ministério, estava ganhando mil dólares por mês, pelo câmbio paralelo. Tive uma grande ajuda do presidente Itamar Franco e também do ministro do Trabalho, Walter Barelli, ao qual sou extremamente grato. Fomos a uma reunião no Ministério da Fazenda, em que o ministro, Paulo Haddad, nos entregou umas folhas de papel cheias de numerozinhos, com mil colunas e linhas, e foi avisando: “Isso aí não pode ser levado para casa”. Pensei: “Nunca vi esse troço; o que é isso?” Mas o Barelli era do Dieese e conhecia esse documento. Então, na hora, contestou uma série de coisas que estavam ali, inclusive da parte dos militares, e é por isso que sou grato a ele. Isso possibilitou que nós pudéssemos pedir um aumento, que, na realidade, veio, da ordem de 135%.

Como o sr. vê o governo Itamar?

Como já comentei, no início o presidente Itamar teve dificuldades grandes em formar o ministério. Algumas pessoas vinham quase que fazendo favor. E houve mudanças. Alguns passaram assim, meteoricamente. A realidade me parece a seguinte: o fato de o Itamar não ter partido na ocasião em que assumiu o governo fez com que não tivesse nenhum tipo de apoio político significativo. Essa dança de ministros, a dificuldade em formar o ministério, a bagunça administrativa em que o Brasil estava, o fechamento de órgãos... Por exemplo, fechou-se a Portobrás. Não estou discutindo se deveria ou não fechar, mas ela tinha atribuições na área marítima que ficaram no vazio. Fechou-se a Portobrás como se ela fosse desnecessária. Não era. Pode ser que não precisasse funcionar como autarquia, mas não se pode acabar com uma coisa e deixar suas atribuições no vazio.

Sou extremamente grato ao presidente Itamar Franco, vou morrer grato a ele. Não apenas como pessoa, mas também como presidente. Ele sempre atendeu com muita grandeza às minhas solicitações. Uma vez, logo no início do governo, saiu nos jornais que o presidente ia demitir o ministro da Marinha por haver se pronunciado contra o Ministério da Defesa. Ele estava em Juiz de Fora, acompanhando a mãe, que estava muito mal. Eu não tinha me pronunciado contra o Ministério da Defesa e tinha as gravações da entrevista que provocara essa afirmação. Quando soube que ele queria falar comigo, levei as gravações: “Presidente, antes de conversarmos a respeito, gostaria que o sr. ouvisse a gravação para ver o que falei. Eu não iria noticiar um assunto desse, agressivamente, inclusive porque o sr. nunca falou comigo a respeito”. E ele encerrou o assun-

to. Deixei as gravações com ele, mas, antes de pegar o avião, o Hargreaves me entregou de volta. Obviamente ele não ouviu.

O sr., na época, foi elogiado na imprensa por ter apresentado o melhor documento sobre os desaparecidos políticos.

O Haroldo Lima, do PCdoB baiano — ele tem a minha boa vontade pelo fato de ser baiano —, e o Aldo Rebelo foram me procurar, e aos demais ministros, para que nós elaborássemos um documento com a relação dos desaparecidos. Mandei elaborar com os dados que nós tínhamos no Cenimar. Depois foi para o ministro da Justiça, Maurício Correia, que coordenava o assunto. O documento foi mais bem elaborado não porque a Marinha tenha tido mais boa vontade — e nem sei se houve boa vontade no Exército e na Aeronáutica, porque não perguntei. Não foi isso, não. É apenas porque o Cenimar é um negócio organizado há muito tempo. Por exemplo, o nosso arquivo de Carlos Marighella remonta a 1932.

Segundo a imprensa, o relatório da Marinha mostrava que diversas pessoas tidas como desaparecidas foram, de fato, mortas depois de terem sido presas.

Isso eu não lembro, mas não tenho dúvida de que o nosso tenha sido o mais completo. Só houve dois ou três casos em que o diretor do Cenimar veio falar comigo: “Almirante, temos que botar que esse cara morreu aqui?” E eu: “Tudo bem, bota. Morreu, bota”. Foi, inclusive, um camarada que se atirou de uma janela. Era um desses casos de pessoas que se envolvem no movimento, mas que, na hora em que a coisa fica feia, o sujeito se desespera e se atira da janela. Foi um suicídio que saiu até no jornal, porque ocorreu durante o dia, ali no prédio do Ministério da Marinha. O Cenimar ocupava, no Rio de Janeiro, instalações que não estavam preparadas para receber ninguém. Mandaram ele sentar numa cadeira, a cadeira era embaixo de uma janela, a janela estava aberta, ele foi e se atirou.

Foram mandados dois documentos para o Maurício Correia. Mas não há nada fazendo referência a qualquer coisa da Aeronáutica ou a qualquer coisa do Exército, embora nós tenhamos algumas informações recebidas do Exército. Não foi isso o que nos pediram. O que nos pediram foi o que sabíamos a respeito das pessoas desaparecidas e, então, mandei dizer o que o Cenimar sabia a respeito.

Qual é a sua opinião sobre o funcionamento da Comissão dos Desaparecidos?

Acho, em primeiro lugar, que é preciso voltar bem para trás na história do Brasil e ver o seguinte: por que se tem tanta revolução? Porque tem anistia. Foram feitas revoluções de todos os tipos, e todo o mundo foi

anistiado. Vamos falar da Inconfidência Mineira. O que se fez? Pegou-se o Tiradentes para servir de exemplo, mas o resto, com algumas exceções, foi anistiado. Luís Carlos Prestes foi anistiado. Plínio Salgado e os integralistas foram também. Se não houvesse a anistia, ou seja, se os nossos *cromwells* ficassem marginais, não-cidadãos para o resto da vida, nós teríamos tido muito menos revoluções. É muito fácil fazer revolução se as pessoas sabem que nada vai lhes acontecer a longo prazo.

Agora, o que aconteceu em 1979, quando foi dada a anistia? Ela era ampla, geral e irrestrita, não era? Mas aconteceu o seguinte. No momento em que os esquerdistas envolvidos e seus simpatizantes viram que seus correligionários estavam anistiados, começou a haver um processo de desforra. Ou seja, os anistiados do lado de lá não anistiarão os anistiados do lado de cá. E as Forças Armadas estão sofrendo a conseqüência disso até hoje, embora as Forças Armadas não tenham participado disso institucionalmente. Sou capaz de dizer, com a maior tranqüilidade, que 95% da Marinha nunca participaram de nenhuma atividade que não fosse profissional no período de 1964 até a posse do presidente Sarney. A Marinha deu um ministro das Comunicações, que foi o Euclides Quandt de Oliveira, que foi ministro até por ser genro do Góes Monteiro. E a Marinha está, de certa forma, pagando por isso.

Existem coisas absurdas sendo concedidas a essas pessoas que foram anistiadas, verdadeiros crimes que estamos sendo obrigados a contestar no Judiciário. Há, por exemplo, marinheiros que saíram da Marinha na segunda classe e que estão voltando como capitão-de-mar-e-guerra, porque um colega de turma deles que ficou e que fez carreira foi promovido a esse posto. Isso é uma coisa absolutamente revoltante e que está deixando a parcela mais humilde das nossas Forças Armadas, as praças, revoltada.

Mas a lei tem isso. Não se sabe se ele teria feito carreira; e, na dúvida, se dá o máximo que ele poderia ter conseguido. É um princípio jurídico, não?

Não é um princípio jurídico, porque não se pode fazer pela exceção. A decisão certa seria fazer pela média. Ou seja, o que a média da turma dele conseguiu? Porque o sujeito que sai da Marinha como segunda classe não passou nos exames para cabo, sargento, não fez cursos de especialização, aperfeiçoamento, não foi selecionado para suboficial, não passou no concurso de oficiais auxiliares e não foi promovido ao último posto comprovadamente por merecimento, porque a promoção ao último posto é só por merecimento. E tudo isso o juiz está achando que não vale nada, ou seja, o juiz está achando que a comissão de promoção de oficiais

pegaria esse camarada e o promoveria por merecimento, que ele passaria na primeira vez que fizesse esses concursos e esses cursos todos. Então é um pressuposto que não é, em princípio, válido. Então os que ficaram, que são a grande maioria, pensam: “Por que ficamos? A gente devia ter caído fora e feito como esses caras, porque agora todo o mundo tem carro do último tipo, tem casa não sei onde, está mandando os filhos estudarem no exterior...”.

Quantos na Marinha estão nessa situação? É muita gente?

Não sei dizer mas, sob o aspecto moral, bastaria que fosse um. São 15, 20, sei lá!

Mas, e em relação aos desaparecidos?

Em relação aos desaparecidos, é preciso atentar para o problema de forma séria, sem as manchetes dos jornais. Na grande maioria, o que são os famosos desaparecidos? São pessoas que não se sabe o que aconteceu com elas, senão não seriam desaparecidos. Há desaparecidos que se sabe que foram para o Araguaia. Foram para o Araguaia para quê? Para montar um foco de atividade revolucionária e para matar quem lhes fizesse frente. Inclusive é sabido que parte dessas pessoas, uma pequena parte evidentemente, foi justificada pelos próprios companheiros quando resolveu sair de lá. Então, para se saber de parte dos desaparecidos teríamos que pegar a relação no PCdoB. Porque houve justificação. A Marinha tem, eu li, um documento do comando revolucionário do Araguaia que prevê como serão conduzidos os justificações. Isso é uma coisa interessante de a imprensa publicar, mas não publica. Ou seja, eles estavam em guerra! E existiam pessoas que estavam envolvidas em atividades, vamos chamar subversivas, que de repente desapareceram. Algumas delas estavam envolvidas em assalto a bancos, seqüestro. Algumas dessas coisas envolveram dinheiro, e algum desse dinheiro sumiu.

Há um denominador comum para aqueles que, eventualmente, tenham morrido. Todos tinham codinome e nenhum portava identidade. Em segundo lugar, vamos supor que um corpo fosse enterrado no Araguaia. Esse corpo não tinha identificação. Não havia, na época, a menor possibilidade de que se pudesse determinar com precisão o local em que foi enterrado. Querem que, em um ambiente de guerra, um dos lados pegasse os mortos que encontrasse, procurasse identificá-los e levasse para não sei onde é exigir muito. Os dois lados teriam que ter feito isso, e ninguém vai me dizer que os guerrilheiros fizeram.

A comissão tem a preocupação de saber se a pessoa foi morta após estar em poder do Estado, se ela foi presa e morreu em seguida?

Se aconteceu isso, só aconteceu do lado de cá? Não aconteceu do lado de lá? Ou seja, se ela foi morta depois de estar nas mãos dos guerrilheiros, isso não precisa ser apurado. Morreu gente dos dois lados... Eu quero chamar a atenção que isso é unilateral. Ou seja, não se está fazendo nenhuma apuração para saber quantas vezes foi aplicado pelos guerrilheiros o código deles, o justicamento. Não se está perguntando isso.

Mas nesse caso não há direito à indenização pelo Estado.

Não, espera aí. Senão, estamos comercializando a anistia. Se é comércio o que estamos tratando, está certo. Mas não é comércio.

Estamos falando da responsabilidade do Estado por cidadãos brasileiros que desapareceram quando em poder desse mesmo Estado.

Se houve crime do Estado, houve anistia também. As pessoas que serviam ao Estado estão também anistiadas. Se o fuzileiro Zé dos Anjos matar um prisioneiro dele, isso em princípio é crime militar. Não passa daí. O Estado brasileiro não é culpado por isso, de maneira nenhuma. Da mesma maneira que o governo do estado do Rio de Janeiro não é culpado quando um policial militar mata um inocente na rua. O culpado é o policial.

O problema todo é o seguinte. Está-se fazendo a opinião pública brasileira crer que a guerrilha do Araguaia tenha sido um negócio começado pelo Estado, pelo governo brasileiro. Mas não foi. A guerrilha começou a partir do momento em que começou a morrer gente lá. Inclusive eles justicaram muita gente humilde que não quis aderir. Acontece que essas pessoas são todas humildes, não aparecem no jornal, não dão entrevista. Eu estou dizendo isso por ouvir dizer, mas não tenho prova. Apenas a pessoa que me contou merece a minha confiança. Agora, se eu fosse presidente da República e soubesse que tinham 80 camaradas, ou fosse o número que fosse, querendo criar um problema no Araguaia, eu mandava 5 mil homens para lá, bombardeava para acabar. Um governo constituído não pode aceitar isso tranqüilamente. A Inglaterra aceita o IRA? Não aceita!

Mas é diferente. Ali há um estado de direito, de liberdade democrática; nós estávamos em uma ditadura, sem liberdade de imprensa, sem liberdade de organização, com censura, prisão política, cassação...

Vamos aceitar que fosse uma ditadura, como foi a do Getúlio. O engraçado é o seguinte. Quando Getúlio dominou as revoluções, todo o

mundo achou que ele estava certo. Agora, quando o Médici dominou o negócio, todo o mundo achou que ele tinha que ser bonzinho. Não posso perder a oportunidade de falar do grande ídolo das esquerdas, o sr. Fidel Castro, que assumiu o poder através de uma revolução, implantou uma ditadura que teve o *pardón* como um de seus sustentáculos, não permite qualquer tipo de atividade política e até hoje é reverenciado pelas mesmas pessoas que contestam o direito de um governo internacionalmente reconhecido de coibir a ação de um grupo armado cujo objetivo era derrubá-lo. Alguém cobra de Fidel anistia para os presos políticos? Por que mais de 2 milhões de cubanos — quase 20% da população — se exilaram? Os exilados brasileiros não chegaram a representar 0,01% da nossa população. E não era problema de ditadura, era um problema de existir governo. Esse governo era ilegal? Não era, porque era reconhecido pelo mundo inteiro. Não havia um país que não reconhecesse o governo brasileiro, era um governo que tinha reconhecimento mundial. E o fato de não se eleger o presidente é até questionável: no tempo do Getúlio também não havia e nem havia Câmara ou Senado.

Agora, o que aconteceu, por exemplo, em 1970? O MDB cogitou da sua extinção porque tomou uma derrota nas eleições e não conseguiu nem eleger um número de deputados que permitisse fazer obstrução, adiar votação. Ninguém vai me dizer que as eleições nas grandes cidades foram fraudadas e que as eleições no interior foram mais ou menos fraudadas do que sempre foram. No tempo do Getúlio não tinha nada disso. O Getúlio ficou 15 anos, não fez eleição em lugar nenhum e fez o que fez durante o tempo todo e ninguém reclamou nada! O que há é uma reclamação que tem como alvo principal o governo Médici, mas no governo Médici o Brasil progrediu, e hoje se fala até com grande despeito do “milagre econômico”. A balança de pagamentos do Brasil em 1964, somando exportação com importação, era US\$1 milhão. Quando o Figueiredo passou o poder para o Sarney, era 40. O fato é que em 20 anos multiplicou-se por 40 o nosso comércio exterior. Não estou defendendo a revolução, não! Acho que a revolução fez muita coisa errada. O problema todo é que se está atribuindo uma responsabilidade unilateral ao sistema vigente, como se ele, pelo fato de ser considerado ilegítimo pela oposição, estivesse impedido de tomar providências para garantir a sua sobrevivência. Isso é uma coisa inaudita. Só existe no Brasil!

Mas há 144 pessoas que são brasileiras e que merecem ter um atestado de óbito. Isso é uma questão moral, não é só uma questão política.

Mas a conotação que se está dando ao problema é a seguinte: “Essas 144 pessoas foram barbaramente assassinadas pelo governo”. Nós não

estamos investigando como essas pessoas desapareceram. A comissão está partindo do princípio de que essas pessoas foram barbaramente assassinadas por tropas ou por agentes governamentais, e essas tropas ou agentes deram sumiço nessas pessoas. Então, se as pessoas estão desaparecidas, vamos identificar, saber onde elas estão? Eu estava nos Estados Unidos e, de repente, um desaparecido apareceu. Disse que estava desaparecido porque estava com medo de que os antigos companheiros o matassem. Então, é preciso verificar bem essas coisas até para poder dizer: “Fulano de tal efetivamente morreu” ou “tudo indica que ele deve ter morrido. Ele não está na Rússia, em Cuba, ele não está na Albânia” — esses eram países-refúgio dessa gente. Luís Carlos Prestes não deixa ninguém mentir. João Amazonas não deixa ninguém mentir. E, para todos os efeitos, essa gente estava desaparecida também. Eles só voltaram porque houve uma anistia.

As Forças Armadas, em geral, concordariam com essa sua hipótese?

As Forças Armadas não sei, eu estou falando por mim. Se fosse o ministro da Marinha, acharia muito bom fazer uma comissão que fosse investigar onde essa gente tinha desaparecido, e não de cara dizer: “Ele desapareceu, e pronto”. Nós estamos partindo de uma premissa que acho odiosa. Porque, de fato, o que se verifica é que os anistiados do lado de lá não querem saber de anistia para o lado de cá. Eles querem ir à forra! E é isso que as Forças Armadas brasileiras estão sofrendo. E esse clima ruim foi colocado pela forma com a qual se conduziu o processo de anistia.

A Comissão dos Desaparecidos está funcionando e já julgou uma série de casos, inclusive os de Lamarca e Marighella. E nenhum dos ministros militares pediu demissão ou falou que era inaceitável. Por outro lado, o Clube Militar, na mesma época, ficou de luto, com faixas e anúncios em jornal contra os “terroristas”. O sr. acha que, entre essas duas visões extremas, os militares...

Eu acho que estão no meio. Vamos pegar o Lamarca. O Lamarca era um capitão do Exército que por motivos de foro íntimo, que não vale nem a pena saber, resolveu desertar do Exército e se tornar um guerrilheiro. A primeira ação dele foi matar um sentinela — um menino, de serviço militar obrigatório — para roubar armamento. A partir daí, ele se tornou um guerrilheiro. Então ele tem que ser julgado como alguém — essa é a minha maneira de pensar — que, por vontade própria, se meteu em uma ação contra um governo instituído e perdeu. Se ele estivesse vivo, tinha que ser julgado pelo assassinato desse sentinela! Ou ele não precisava ser julgado porque ele era do lado de lá? Nós temos que julgar

os dois lados. Os crimes foram cometidos por indivíduos, e, no momento em que ele cometeu o crime, ele sabia perfeitamente o que estava fazendo. Ele poderia até não ter matado o rapaz, se ele preferisse de uma outra forma, mas ele quis matar. Um sentinelazinho desses, se um capitão fardado chegar e disser: “Me dá o teu fuzil”, ele dá. Vai negar isso para um capitão? Não vai!

É preciso colocar as coisas nos devidos lugares. Cogita-se só uma coisa: que o Lamarca morreu em uma ação empreendida pelo Estado para a sua captura, que a morte dele não foi perfeitamente esclarecida e que por isso a mulher dele tem direito a uma indenização. Na minha opinião, não é por aí. O que se tem que avaliar é o seguinte: a lei brasileira protege alguém que se insurja contra um governo instituído e que mate, roube, seqüestre? Não. Esse camarada, em principio, é um criminoso comum. “Ah! Mas ele foi anistiado!” Tudo bem, ele foi anistiado *a posteriori*, mas morreu antes, não é? Então vamos absolvê-lo desses crimes todos, mas ele fica sem direito de receber nada. Indenização por quê? Ele saiu do Exército porque quis! E quem ficou, qual é o direito que tem? E o Nelson Fernandes, capitão-de-mar-e-guerra, reformado de Marinha, que estava no aeroporto de Guararapes no dia em que explodiram a bomba e ficou dividido em seis partes?²⁶ E aí? A família dele não tem direito a nada também? Teve direito à aposentadoria dele. Não recebeu indenização nenhuma, porque o culpado não foi o Estado. O culpado foi o indivíduo ou o grupo que colocou a bomba. Não caberia, por equidade, que fossem identificados os culpados, pelas mesmas pessoas que hoje exigem isso do Estado? Então é uma diferença muito grande...

Temos que ter uma legislação que efetivamente apure e trate igualmente as pessoas, e não dê preferência àquelas que tomaram um tipo de atitude que a maioria, que está agora julgando o processo, não tem coragem de dizer. Eles não tinham coragem nem para não aparecer na Câmara na hora da eleição. Não tinham. “Seu” Ulysses Guimarães, por exemplo, se apresentou como o anticandidato na eleição do Geisel, não foi? E para quê? Para que o MDB não se ausentasse da Câmara, votasse nele como o anticandidato e com isso não corresse o risco de o Médici, ou no futuro o Geisel, cassar o mandato deles. É isso, pura e simplesmente. Recusaram os apartamentos gratuitos de Brasília? O mobiliário? O telefo-

²⁶ Refere-se ao atentado ocorrido contra o então ministro da Guerra Costa e Silva, no aeroporto de Guararapes, Recife, em 25 de julho de 1966, que resultou na morte do almirante Nelson Fernandes, diretor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e do jornalista e ex-secretário de Estado em Pernambuco Edson Régis.

ne? As passagens aéreas? Os *staffs*? Não recusaram! Aceitaram tudo! Gostaram à beça! Era cômodo? Era extremamente cômodo ser oposição.

O problema é que para julgar os governos decorrentes do movimento de 1964 a gente tem que discutir a história do Brasil, não em termos emocionais. Porque se vocês ouvirem o Brizola falar sobre a Revolução de 1964, ele não vai contar que criou em Porto Alegre, na última hora, o Sindicato dos Desempregados e o lema “Cunhado não é parente, Brizola presidente”? Quem tem mais de 35 anos se lembra de ter visto esses cartazes na rua. Aquilo não era um sujeito pregando ostensivamente a desobediência constitucional? Era! Agora, como ele se diz de esquerda... coisa que ele não é, ele é um populista de direita, amigo do Perón, como João Goulart era. É uma coisa absolutamente inconcebível. O grande escudo para qualquer tipo de atitude que o político brasileiro tome é se rotular como de esquerda, aí ele está safo. Todo o mundo tem um medo danado da esquerda.

O sr. acha que é compatível, no Brasil, existir um Estado de direito, com liberdades públicas?

Não, porque não há justiça. Eu quero dizer o seguinte: botar o Nagi Nahas na cadeia, não ficar postergando o problema do PC — que acabou morrendo, foi queima de arquivo! Isso eu não tenho prova, estou dizendo apenas de intuição, mas é evidente que foi uma queima de arquivo. Não se apura nem como ele morreu, não se consegue chegar a uma conclusão! Então, é preciso que a gente tenha uma polícia que funcione como polícia. É preciso ter uma Justiça rápida e eficaz que atenda não ao poder econômico. Mas esse negócio de prisão semi-aberta, regime aberto, isso é um negócio que não existe em lugar nenhum do mundo! Nós não somos uma Suíça. O criminoso primário tem direito a matar um! Todo brasileiro tem direito a matar uma pessoa e a ficar em regime semi-aberto! Até matar o segundo. Dois é a conta.

Então, essas coisas é que eu acho que vêm antes do que a gente pensa que é liberdade pública. Baile *funk* é liberdade pública? Torcida se digladiando no Maracanã é liberdade pública? As pessoas precisam conhecer o que é liberdade. Liberdade é o direito que todo mundo tem de exercer suas atividades, de qualquer natureza, dentro da lei, sem prejuízos a outrem. Mas o brasileiro acha que liberdade é fazer o que se quer.

Qual a saída, então?

Ah! A saída são coisas que a revolução não fez. Por exemplo, educação. Primeiro, obrigar os pais a botar os filhos na escola e botar na cadeia

o pai que não põe o filho na escola. Segundo: responsabilizar os pais pelos filhos que andam na rua. As pessoas precisam parar de fazer isso, parar de gerar criminosos. É preciso acabar com o prestígio ao crime ostensivo. Não se pode prestigiar um bicheiro só porque ele dá dinheiro para uma escola de samba. Tem que se acabar com o tráfico de drogas nas favelas. Qual a possibilidade que aquela gente que mora na favela, que é pobre, tem de levar uma vida decente? Qual é a perspectiva que um garoto que nasce em uma favela tem de fazer o curso ginásial? Ou de conseguir um emprego decente, se ele não for ser jogador de futebol? Nenhuma. Agora, a gente fica falando em liberdade. Liberdade, o que é? É o Caetano Veloso poder fazer aquelas coisas que gosta, o Chico Buarque poder dizer as baboseiras que diz e jogar futebol no campo que ele tem lá na Gávea, tomar uísque?